

1. INTRODUÇÃO

Com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (EU) nº 2016/679, de 27 de abril de 2016, cabe à AECOPS definir a sua Política de Proteção de Dados, regulando a sistematização da informação detida neste âmbito quer no que diz respeito aos seus trabalhadores quer em relação a terceiros. Cabe igualmente definir a utilização interna e externa de DP (DP) em consonância com as disposições legais aplicáveis.

A adoção da presente política consubstancia o compromisso da AECOPS, enquanto responsável pelo tratamento de DP, ao cumprimento do RGPD, pautando a sua atuação pelos princípios de licitude, lealdade, transparência e limitação, através da implementação das medidas consideradas necessárias para assegurar a exatidão, a integridade e a confidencialidade dos DP.

2. PRINCÍPIOS PARA O PROCESSAMENTO DE DP

2.1. Legalidade

O tratamento de DP será sempre sujeito à verificação de fundamentação prévia, garantindo os direitos de personalidade do titular dos dados.

2.2. Finalidade

O tratamento dos DP só deve servir às finalidades para as quais foi determinado aquando da obtenção dos dados.

2.3. Transparência

O titular dos dados (pessoa singular), deve ser informado sobre o modo como os seus dados são tratados.

A obtenção dos DP deve ser efetuada junto do próprio.

O detentor dos dados deve conhecer ou ser informado, por quem os vai tratar do seguinte:

- Identificação do Departamento / Setor da AECOPS, responsável pelo tratamento de dados;
- Finalidade do tratamento de Dados;
- Terceiros aos quais os dados serão eventualmente transmitidos;
- Prazos de manutenção dos dados;
- Direito ao acesso aos dados;
- Direito de reclamar.

2.4. Apagamento

Devem ser apagados DP que não sejam necessários, decorrido o período de conservação legalmente definido.

Em casos excecionais, verificando-se que os DP revestem importância histórica ou interesse legítimo, podem ser mantidos.

2.5. Atualidade dos Dados

Os DP devem ser guardados de forma correta, integral e sempre na versão atual. Devem ser tomadas as medidas necessárias para assegurar que os dados incorretos, incompletos ou desatualizados sejam, sempre que possível, eliminados, corrigidos ou atualizados.

2.6. Confidencialidade e Segurança dos Dados

Os detentores de DP estão obrigados a dever de sigilo quanto aos dados tratados. Através de medidas técnicas, os dados devem ser protegidos contra acesso não autorizado, processamento ou encaminhamento indevidos, bem como contra destruição, perda ou alteração.

3. ADMISSIBILIDADE, PROCEDIMENTOS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

3.1. Dados de Trabalhadores

3.1.1. Introdução

A AECOPS, na sua qualidade de empregador, procede ao tratamento de DP dos seus trabalhadores.

Os DP de ex-trabalhadores não são objeto de qualquer tratamento, que não seja a sua conservação nos prazos legais, ou sempre que haja solicitação por parte dos mesmos, litígio judicial ou qualquer requerimento por parte de entidade pública.

3.1.2. Licitude do Tratamento de Dados dos Trabalhadores

Relativamente aos trabalhadores com os quais a AECOPS tem um contrato de trabalho em vigor, o tratamento de Dados decorre de:

- Relação contratual – quando necessário para a execução do contrato de trabalho;
- Obrigação legal – quando necessário para dar cumprimento a uma obrigação jurídica a que o responsável esteja sujeito;
- Interesses legítimos – quando a posição pessoal do responsável face ao contrato de trabalho justifica a atuação;
- Consentimento – quando existe uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita do titular, aceitando o tratamento dos seus dados.

3.1.3. Política de Privacidade

Os DP dos trabalhadores serão tratados de acordo com o presente documento da Política de Proteção de Dados adotada pela AECOPS, detalhado em documento interno.

3.1.4. Comunicações

Na aplicação prática da Política de Proteção de dados para com os trabalhadores, a AECOPS adotou os seguintes procedimentos:

- a) Informação aos trabalhadores sobre a Política de Privacidade;
- b) Recolha de consentimento para o tratamento dos DP, quando aplicável;

- c) Vinculação dos trabalhadores quanto à confidencialidade sobre DP aos quais tenham acesso.

3.1.5. Medidas de Segurança

Os DP dos trabalhadores localizam-se em ficheiros informáticos (computadores pessoais e servidor) e em Dossiers (suporte físico).

Cada colaborador tem adstrito um equipamento informático através do qual tem acesso quer à informação local quer a informação partilhada, sendo o acesso garantido apenas mediante um *user* registado no domínio AECOPS e o recurso a *password* pessoal, não partilhada.

Os DP em suporte físico encontram-se localizados em local reservado e de acesso restrito.

3.2. Dados de Terceiros

3.2.1. Introdução

A AECOPS está vinculada à observância do RGPD no relacionamento com os seus sócios e com outras entidades.

3.2.2. Licitude do Tratamento de Dados de Terceiros

No exercício por parte da AECOPS da sua atividade associativa e relativamente aos sócios, nessa qualidade, o tratamento de dados decorre de:

- Relação Contratual: decorrente da qualidade de associado como titular de DP (no caso de empresários em nome individual e dos representantes de pessoas coletivas);
- Interesses Legítimos – quando a posição da AECOPS, face ao associado, justifica a atuação;
- Consentimento: Autorização expressa e direcionada, manifestando uma livre vontade, específica, informada e explícita, aceitando o tratamento dos seus dados.

No exercício por parte da AECOPS enquanto entidade formadora certificada e relativamente aos dados da Formação o tratamento decorre de:

- Relação Contratual: decorrente da inscrição do sócio/não sócio para prestação da formação;
- Interesse Legítimo: quando a posição da AECOPS, face ao Formando/Formador, justifica a atuação;
- Consentimento: autorização expressa e direcionada, manifestando uma livre vontade, específica, informada e explícita, aceitando o tratamento dos seus dados.

No exercício por parte da AECOPS das suas relações contratuais com os Prestadores de serviços e com os Fornecedores, o tratamento de dados decorre de:

- Relação Contratual: na qual o titular dos dados é parte interveniente ou constitui elemento necessário para a execução do contrato.

Relativamente aos restantes Terceiros o tratamento de dados decorre de:

- Consentimento: Autorização expressa e direcionada, manifestando uma livre vontade, específica, informada e explícita, aceitando o tratamento dos seus dados.

3.2.3. Política de Privacidade

Os DP de terceiros serão tratados de acordo com a Política de Proteção de Dados adotada pela AECOPS.

3.2.4. Tratamento de Dados de Terceiros

Dados de Sócios

Os DP dos sócios da AECOPS podem ser tratados para a prossecução dos serviços prestados pela Associação, bem como para contactos, registo no site, publicidade e divulgações, pretendendo-se com estas comunicações dar a conhecer produtos e serviços da AECOPS e de terceiros, dos quais possam beneficiar.

Dados da Formação

Os DP dos Formandos AECOPS só podem ser tratados para efeitos de contacto, divulgação de ações e emissão de certificados de formação.

Dados de Prestadores de Serviços e de Fornecedores

O tratamento de DP dos Prestadores de Serviços e de Fornecedores podem ser efetuados pela AECOPS para fundamentar a realização dos contratos, abrangendo todos os atos ligados à finalidade a que os mesmos se destinam, acautelando-se a Política de Proteção de Dados relativamente a todos.

Dados para Fins Informativos

O tratamento de DP para divulgação de informação apenas é permitido para esse efeito. O titular dos dados deve ser informado sobre a utilização dos seus Dados para o fim específico a que se destinam e dar o respetivo consentimento.

Comunicações

Na aplicação prática da Política de Proteção de dados para com terceiros a AECOPS adotou os seguintes procedimentos:

- a) Divulgação da Política de Proteção de Dados no website da AECOPS;
- b) Informação aos novos sócios sobre a Política de Proteção de Dados;
- c) Informação aos sócios atuais, através de Circular, sobre a Política de Proteção de Dados;
- d) Informação aos Formandos sobre a confidencialidade no tratamento de dados da AECOPS;
- e) Declaração de Consentimento para o Tratamento de DP dos Formadores;
- f) Informação aos novos subscritores das Newsletters sobre a Política de Proteção de Dados;
- g) Solicitação de autorização para manutenção de Dados no Departamento de Comunicação;
- h) Adaptação e integração de todos os contratos de prestação de serviços às prescrições do RGPD, nomeadamente no que concerne ao cumprimento do disposto nos art.ºs 26 e 28 do RGPD, quando respetivamente aplicáveis.

3.2.5. Medidas de Segurança

Os DP de Terceiros devem ser protegidos contra acesso não autorizado, divulgação indevida e perda falsificação ou destruição independentemente do tratamento ser realizado de eletrónica ou em papel.

4. TRANSMISSÃO DE DP

A transmissão de DP pode ser feita a autoridades judiciais, fiscais e regulatórias com a finalidade de cumprimentos de imposições legais.

A transmissão de DP a um destinatário terceiro, terá que ser acompanhada de uma garantia de proteção desses dados, bem como de compromisso de utilização dos mesmos apenas para finalidades determinadas. Tais garantias deverão integrar as cláusulas contratuais, tendo a AECOPS de verificar a existência nos contratos vigentes de cláusulas sobre transmissão de DP, objetivando o estabelecimento de aditamentos aos mesmos, se necessário.

5. PRAZOS

A AECOPS conserva DP:

- Quanto aos sócios – pelo período necessário à prestação dos serviços, respetiva faturação e cumprimento de obrigações legais;
- Quanto aos prestadores de serviços e fornecedores – pelo período necessário à prestação dos serviços, ao fornecimento, respetivas faturas e cumprimento de obrigações legais;
- Quanto aos trabalhadores – durante a vigência do contrato de trabalho e após a mesma, pelo período necessário ao cumprimento de obrigações legais.

6. INCIDENTES

Em caso de violação de DP a AECOPS notificará a Comissão Nacional de Proteção de Dados e o titular dos dados, nos termos e prazos previstos, respetivamente, nos art.ºs 33.º e 34.º do RGPD.

7. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

Tendo a AECOPS definido quais os DP que detém, qual a finalidade do respetivo tratamento bem como quem tem acesso aos mesmos, qualquer processamento abusivo dos DP ou outras violações à política de proteção de dados adotada, serão legalmente punidos nomeadamente em termos da aplicação da lei laboral.

Lisboa, maio de 2018

A Direção